

**MARCAS DE ORALIDADE NA PRODUÇÃO TEXTUAL
DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
UM ESTUDO SOCIOLINGÜÍSTICO
SOBRE A PLURALIZAÇÃO DO SINTAGMA VERBAL**

Josemara da Paz Lima (UEMS)

mara_pazlima@hotmail.com

Elza Sabino da Silva Bueno (UEMS)

elza20@hotmail.com

1. *Oralidade, escrita e sociolinguística*

Sabe-se que a fala é a primeira aquisição de linguagem e, apenas depois, com estudos aprofundados na escola, é que se começa a aprender o sistema de regras para utilização da linguagem na modalidade padrão. Antes disso acontecer, normalmente os alunos transmitem ao texto escrito marcas características da oralidade, como por exemplo, na utilização de expressões como: “nóis istudamu”, “nóis põe” entre outras.

De acordo com Marcuschi (2001, p. 49) “transcrever a fala é passar um texto de sua realização sonora para a forma gráfica com base numa série de procedimentos convencionalizados”, porém, em muitos momentos tais convenções da língua não são utilizadas e transfere-se para a escrita a maneira característica da oralidade, isto é, as marcas comuns da língua usada na sua modalidade falada.

Com os jovens e adultos, tal fato é motivado pela convivência diária com a interferência da atividade oral que se apresenta nos mais variados tipos de produção escrita que está a sua volta, tais como propagandas e rótulos e, ao chegarem à escola, acabam por transmitir em sala de aula toda essa experiência no momento de escrever textos, nos quais aparecem automaticamente as ditas marcas de oralidade, que a sociedade trata como “erro”.

Diante do exposto, o professor de língua portuguesa, que muitas vezes não sabe como trabalhar sociolinguisticamente com seu aluno, adota a dicotomia do certo e o errado, já que a expressão “Nós viu um trem, muito rápido” é considerada errada, estigmatizada, proibida pela gramática normativa e “Nós vimos um trem, muito rápido” é julgada correta e adequada.

O que muitos profissionais da educação não analisam é que, como

afirma Marcuschi (2002, p. 21), “a fala é uma atividade muito mais central do que a escrita no dia a dia da maioria das pessoas”, por isso são tão recorrentes tais práticas orais em textos escritos, já que sua utilização ocorre em maior frequência e mais espontaneamente.

Segundo Bortoni-Ricardo, no texto “o estatuto do erro na língua oral e na língua escrita” divulgada em seu site, diz que o que a sociedade tacha como erro na fala, a sociolinguística considera uma inadequação da forma utilizada às expectativas do falante, como uma variante diferente da língua portuguesa, como diferentes maneiras possíveis de se expressar (TARALLO, 2007). Já a noção de erro para a linguagem escrita é de outra natureza, pois representa a transgressão de um código convenicionado e prescrito pela ortografia.

Portanto, há variantes consideradas de prestígio e as denominadas estigmatizadas e, de acordo com a utilização de cada uma delas, “os padrões linguísticos estão sujeitos à avaliação social positiva e negativa e, nessa medida, podem determinar o tipo de inserção do falante na escala social (MOLLICA, 2012, p. 13), assim se expressa com relação a esse assunto:

Os estudos sociolinguísticos oferecem valiosa contribuição no sentido de destruir preconceitos linguísticos e de relativizar a noção de erro, ao buscar descrever o padrão real que a escola, por exemplo, procura desqualificar e banir como expressão linguística natural e legítima.

A sociolinguística apregoa, desse modo, que a interação social influi no jeito particular que cada um tem de falar (marcas linguísticas) e que a idade, a escolaridade, o gênero e a classe social do falante, entre outros fatores, podem influenciar no modo como uma pessoa fala, produz um texto, enfim, se expressa.

O preconceito, nesse sentido, é em síntese, mais social que linguístico, visto que ao prezar a linguagem padrão da língua, que é canônica, utilizada pelos escritores e diminuir ou menosprezar a não padrão, informal, utilizada pela classe desprestigiada da sociedade, valoriza-se não a língua da pessoa, mas a própria pessoa, na sua integralidade física, individual e social e por isso, somos a língua que falamos (BAGNO, 2003, p. 17 e 29).

2. Escrita X oralidade

Segundo Koch (1992) há algumas diferenças acentuadas sobre o

que chamamos de escrita e oralidade, como se vê no quadro a seguir:

FALA	ESCRITA
Não-planejada	Planejada
Incompleta	Não-fragmentaria
Pouco elaborada	Completa
Predominância de frases curtas, simples ou coordenadas	Elaborada
Pouco uso de passivas	Predominância de frases completas, com subordinação abundante. Emprego freqüente.

Observa-se que a fala é a considerada linguagem não padrão, coloquial, popular e por isso, estigmatizada, enquanto a escrita se refere à linguagem padrão, culta e de prestígio junto à sociedade.

Para Marcuschi (2001) “justamente pelo fato de fala e escrita não se recobrirem podemos relacioná-las, compará-las, mas não em termos de superioridade ou inferioridade”, ou seja, não são linguagens opostas e também uma não é mais importante que a outra, pois ambas se complementam em contextos sociais e culturais, como elementos de interação linguístico-social.

A escolha entre as formas não se dá aleatória ou livremente, mas relacionada a variáveis linguísticas e extralinguísticas, já que:

As variáveis, tanto linguísticas como quanto não linguísticas, não agem isoladamente, mas operam num conjunto complexo de correlações que inibem ou favorecem o emprego de formas variantes semanticamente equivalentes. (MOLLICA, 2012, p. 27)

Na concepção escolar, deve ser ensinada a gramática normativa aos alunos e, é óbvio que deve se ensinar, pois é somente na escola que muitos terão a oportunidade de aprender tal variante, já que no convívio social só têm o contato com a linguagem não padrão. Portanto, quando o discente profere frases em desacordo com o que diz a gramática normativa, há uma repressão sobre ele, reprovando a linguagem que o aluno possui, dizendo que ele não sabe falar corretamente a língua portuguesa e que ele não conhece sua própria língua. Porém, de acordo com Sírio Posenti (1996, p. 30):

Saber falar significa saber uma língua. Saber uma língua significa saber uma gramática. Saber uma gramática não significa saber de cor algumas regras que se aprendem na escola, ou saber fazer algumas análises morfológicas e sintáticas.

O autor (*op. cit.*) ainda explica que:

Resumidamente, pode-se dizer que saber uma gramática é saber dizer e

saber entender frases. Quem diz e entende frases faz isso porque tem um domínio da estrutura da língua. Mesmo diante de uma frase “incompleta”, por exemplo, o falante é capaz de fazer hipóteses de interpretação. (p. 31)

Embora a heterogeneidade na língua oral já seja aceita pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa e pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) não se confere atenção ao devido fato, visto que diariamente cobra-se na escola a gramática como regra, não só pelos professores, mas pelos próprios gestores que muitas vezes não compreendem a realidade da língua. Inclusive os próprios pais cobram da escola o ensino normativo a seus filhos, acrescentando que eles mesmos tiveram aulas de gramática durante todo o seu processo de ensino/aprendizagem e que foi de grande valia.

3. A utilização da variável primeira pessoa do plural no sintagma verbal por alunos da EJA

Entende-se por sintagma verbal (SV) o conjunto de elementos que se organizam em torno de um verbo. Portanto, na frase “*Apresentamos um trabalho*”, a denominamos como um sintagma verbal.

Na língua portuguesa é possível encontrar orações perfeitamente compreensíveis apresentadas na oralidade das seguintes maneiras:

- (1) *Nóis vamos* na festa.
- (2) *Nóis vai* na festa.
- (3) *A gente vai* na festa.
- (4) *A gente vamos* na festa.
- (5) *Nós vamos* à festa

Já na língua escrita, segundo a gramática normativa, o verbo conjugado em primeira pessoa do plural (nós) deve concordar com o pronome ao qual se refere, ou seja, é incorreto utilizar qualquer uma das quatro primeiras afirmações, sendo, portanto, aceita somente a última (nº 5).

Em casos da escrita, há jovens e adultos que perpassam ao texto as marcas orais, como demonstrado na tabela a seguir, em que aparecem as expressões escritas dos alunos de uma turma da EJA. A proposta da pesquisa era que cada aluno escrevesse duas frases utilizando o pronome de primeira pessoa do plural “nós”. O resultado foi o seguinte:

Ø marcas de oralidade na pluralização do sintagma verbal	Marcas de oralidade na pluralização do sintagma verbal
Nós dois faremos a tarefa.	Nós estamu na escola.
Nós vamos no supermercado.	É nós que fazemos o lanche.
Nós iremos ao supermercado hoje.	Nós vai viajar de avião.
Nós assistimos a uma ótima aula.	Nós viu um trem, muito rápido.
Nós somos felizes.	Nós vai todo dia pra escola.
Nós estamos vivos.	Nóis vamos na festa.
Nós estudaremos para a prova.	Nóis estamos saindo.
Nós vamos ao cinema.	Nóis vamos viajar
Nós queremos ir ao parque.	Nóis estamos jogando futebol.
Nós faremos as tarefas juntos	Nóis vamos no cinema.
Nós ficaremos juntos até o fim da tarde.	Nóis nos demos mal na vida.
Nós iremos fazer a prova agora.	Nós faremos uma prova agora.
Nós poderíamos viajar nesse feriado.	Nós não precisavam estudar para a prova.
Nós iremos sair.	Nós jogavam o futebol.
Nós voltamos para casa.	Nós gosta muito de comer massas.
Nós gostamos de estudar.	Nós vamos vir para a escola amanhã de novo.
Nós iremos a praia.	Nós somos alegre.
Quando nós chegarmos em casa, comeremos.	Nós somos inteligente.
Nós gostamos de bolo.	Nós estamos cheio.
Amanhã nós vamos para escola.	Nós foi lá na praça conversar.
Nós nascemos para sofrer.	-
Nós voltamos cedo da festa ontem.	-
Nós subimos nos degraus.	-
Nós gostamos dos filhos.	-
Se nós fôssemos ricos...	-
Nós fomos expulsos.	-
Hoje não assistimos o jogo.	-
Nós estamos na escola.	-
Nós dormimos tarde ontem.	-
Nós vamos estudar para a prova.	-
Nós dançamos muito ontem.	-
Ele foi e nós ficamos.	-
Nós tivemos um outro mundo.	-
Nós caminhamos muito hoje.	-

É de se notar que a concordância exigida pela gramática normativa não aparece em 37% dos casos e podemos aferir que exatamente como falam, transmitem ao texto escrito, sem ater-se às normas gramaticais exigidas pela linguagem escrita.

Diante desse fato, é claro que os alunos sabem a língua portuguesa, pois criaram frases que qualquer indivíduo, falante da língua portuguesa, compreende, o que ele não demonstrou, são apenas os conhecimentos gramaticais da língua, por não conhecerem ainda, talvez, esse sis-

tema de regras ou por conviverem diariamente com situações e pessoas que falam da mesma maneira. Sendo assim, ouviremos muitas vezes “nóis vai”, mas nunca “eu vamo(s)”. Assim, as variações linguísticas são condicionadas por fatores internos à língua ou por fatores sociais, ou por ambos ao mesmo tempo (POSSENTI, 1996, p. 36)

Outro caso relevante, é que, principalmente os jovens, estão evitando a forma *nós* e usando mais *a gente*. (MOLLICA, 2012, p. 44), então já que se singulariza frases como “*A gente vai à feira*”, a tendência é transmitir tal marca pronominal singular para as expressões de mesmo sentido, ou seja, “*Nós vai à feira*”.

4. Considerações finais

Diante do exposto nesse estudo, é importante que o aluno aprenda a variedade padrão da língua portuguesa, pois isso aumentará suas oportunidades de ascensão social e de conhecimento do sistema linguístico de sua língua materna. O aluno deve entender que existem duas ou mais maneiras de se dizer a mesma coisa e que cada uma serve para propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade. Algumas lhe conferem prestígio e outras contribuem para formar-lhe uma imagem negativa, dependendo das circunstâncias que cercam a interação (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 15)

Para tanto, “a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado” (PCN – Língua Portuguesa, 1997, p. 26).

Além de o aluno aprender a linguagem escrita padrão, é de fundamental importância que ele também aprenda a utilizar a linguagem oral nas mais diversas situações comunicativas existentes em nossa sociedade. Enfim, todos os gêneros devem ser trabalhados e ensinados, no sentido de propiciar ao aluno uma maior interação com o mundo que o cerca.

Segundo Possenti (1996, p. 48), nós aprendemos a falar, falando e ouvindo e assim, aprende-se a escrever, escrevendo e lendo, e sendo corrigidos, e reescrevendo, e tendo os textos lidos e comentados muitas vezes, com uma frequência semelhante à frequência da fala e das correções da fala.

É nessa prática que o professor de língua portuguesa ao observar as marcas de oralidade nos textos escritos de seus alunos deve posicionar-se, ou seja, não depreciando a linguagem utilizada por eles, mas instigando o conhecimento deles sobre a língua, com bastante leitura, escrita e re-escrita, além de discussões sobre temas que despertem o senso crítico do indivíduo.

Assim, é papel da escola tomar para si a tarefa de promover os procedimentos eficazes para um aprendizado concreto da língua materna, fazendo com que oralidade, escrita e leitura, sejam estudadas, não como elementos separados, mas que se complementam, contribuem para o desenvolvimento uma da outra e, conseqüentemente, ajudam na diminuição do insucesso escolar, já tão presente na modalidade de ensino EJA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?* sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. *O estatuto do erro na língua oral e na língua escrita*. Disponível em:

<http://www.stellabortoni.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1251:o_istatuto_io_iaao_oa_liogua_oaal_i_oa_liogua_isiait_a&catid=1:post-artigos&Itemid=61>. Acesso em: 29-03-2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: MEC, 1997.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione, 1999.

KOCH, Ingedore Villaça. A inter-ação pela linguagem. 1992. In: LÚZIO, Ellen Regina Camargo. *Marcas da oralidade em textos escritos*. Disponível em:

<<http://www.linguisticaelinguagem.cepad.net.br/EDICOES/03/Arquivos/07%20Ellen%20Regina%20Camargo.pdf>>. Acesso em: 28-03-2013.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. Oralidade e ensino, uma questão pouco ‘falada’. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). *O livro didático de português*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luísa. (Orgs.). *Introdução à sociolinguística – o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2012.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras: ALB, 1996.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2007.